



**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2020/TCMPA, de 24 de junho de 2020.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a aprovação da [Nota Técnica nº 08/2020/TCMPA](#), que estabelece orientações aos Municípios do Estado do Pará, relacionados à implementação de ações relativas à aplicação do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) e outras providências instituídas pela [Medida Provisória nº 938/2020](#) e pela [Lei Complementar nº 173/2020](#), para enfrentamento da pandemia vinculada ao “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19).

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da [Lei Complementar nº 109](#), de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do Regimento Interno ([Ato nº 16/2013](#)), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** a necessidade de firmar entendimento e expedir orientação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM PA) e dos Municípios jurisdicionados quanto à aplicação do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) e outras providências instituídas pela [Medida Provisória nº 938/2020](#), pela [Lei Complementar Federal nº 173/2020](#) e, ainda, pela [Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME](#), [Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME/STN](#) e [Portaria nº 14.816/2020/ME/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#).

**CONSIDERANDO** que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a disseminação do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19) como uma pandemia mundial, ao que se impõe a observância das diretrizes e orientações que estão sendo editadas, de maneira continuada e complementar, em especial, pelo Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e, ainda, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outras entidades.

**CONSIDERANDO** as orientações fixadas no item 13.2 da [Nota Técnica nº 03/2020 da ATRICON](#), relativas à fiscalização da aplicação dos recursos transferidos aos Municípios originários do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) pelo Governo Federal;

**CONSIDERANDO**, por fim, os estudos e apontamentos fixados pela área técnica deste TCM PA, demandados por sua Presidência, em 15/06/2020, nos termos da [Nota Técnica nº 08/2020/TCMPA](#);

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar a [Nota Técnica nº 08/2020/TCMPA](#), constante do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa, objetivando a orientação dos Municípios Jurisdicionados e da área técnica do TCM PA.

**Art. 2º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, 24 de junho de 2020.

**FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**  
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

**MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**  
Conselheira/Ouvidora/TCMPA

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

**SÉRGIO FRANCO DANTAS**  
Conselheiro-Substituto/TCMPA



**ANEXO ÚNICO:**

**NOTA TÉCNICA Nº 08/2020/TCMPA.**

**I - DO OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem por objetivo orientar os gestores municipais e firmar entendimento, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) e dos Municípios jurisdicionados, quanto à aplicação do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) e outras providências, instituídas pela [Medida Provisória nº 938/2020](#), pela [Lei Complementar Federal nº 173/2020](#) e, ainda, pela [Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME](#), [Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME/STN](#) e [Portaria nº 14.816/2020/ME/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#).

**II – DAS MOTIVAÇÕES**

O atual cenário de pandemia e de crise na saúde pública ocasionado pelo **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, exige a especial atenção dos gestores públicos municipais, nas medidas que venham a ser adotadas para mitigação da disseminação do vírus e, por conseguinte, de fortalecimento dos serviços públicos, atraindo, desta forma, o poder-dever de orientação deste Tribunal, no exercício primeiro de sua função pedagógica.

Em virtude deste mesmo cenário e de seus impactos nacionais, deflagrou-se uma intensa produção legal e normativa, notadamente no âmbito do Governo Federal, tendo como primeiro marco relevante a aprovação da [Lei Federal nº 13.979](#), de 06 de fevereiro de 2020, que *“dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*.

Sequencialmente, em virtude da crise financeira que se fez acompanhar a crise na saúde gerada pela citada pandemia, foi editada a [Medida Provisória nº 938/2020](#), de 02 de abril de 2020, que *“dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)”*, e, mais recentemente, aprovada e sancionada a [Lei Complementar Federal nº 173/2020](#), de 27 de maio de 2020, que *“estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências”*.

A implementação destas últimas duas normas exige, *per si*, a avaliação e orientação aos entes jurisdicionados desta Corte de Contas, bem como a fixação de um posicionamento uniforme da área técnica, motivando, assim, a apresentação deste estudo, para ampla divulgação interna e externa.

Assim, diante de tais premissas e, ainda mais, da indispensável padronização de entendimentos no âmbito do TCMPA, apresenta-se e submete-se à consideração do Colegiado desta Corte de Contas esta Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Planejamento e Diretoria Jurídica, mediante requisição da Presidência deste Tribunal, com o objetivo de estabelecer orientações aos municípios do Estado do Pará, nos termos que seguem:



### III – DOS ENTENDIMENTOS PROPOSTOS

#### CAPÍTULO I DAS ORIENTAÇÕES VINCULADAS À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 938/2020

##### Seção I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi estabelecido, nos termos do art. 1º, da **MP 938/2020**<sup>1</sup>, que a União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do *caput* do art. 159 da CF/88<sup>2</sup>, de março a junho do exercício de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos na Medida Provisória e limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

Os valores a que se refere a Medida Provisória serão calculados a partir das variações mensais de março a junho de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, para cada ente federativo, procedendo a União, com os repasses mensais, até o décimo quinto dia útil de cada mês posterior ao mês da variação observada, **caso haja disponibilidade orçamentária**, ou até o quinto dia útil após a aprovação dos respectivos créditos orçamentários.

A **MP 938/2020** estabeleceu a competência da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia para realização dos cálculos dos valores a serem repassados aos entes federativos, bem como determinou ao Banco do Brasil a execução destes depósitos através das contas bancárias utilizadas para regular repasse dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

##### Seção II DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS NO APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS (AFM) ORIGINÁRIOS DA MP 938/2020

A aplicação dos recursos oriundos do AFM, vinculados à **MP 938/2020** deve respeitar e preservar objetivo para qual foi instituído, qual seja, a de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrentes do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID-19).

<sup>1</sup> **Art. 1º.** A União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do *caput* do art. 159 da Constituição, de março a junho do exercício de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos nesta Medida Provisória e limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

**§1º.** O valor a que se refere o *caput* será calculado a partir das variações mensais de março a junho de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, para cada ente federativo.

**§2º.** As entregas dos valores ocorrerão mensalmente:

I - até o décimo quinto dia útil de cada mês posterior ao mês da variação observada, caso haja disponibilidade orçamentária; ou

II - até o quinto dia útil após a aprovação dos respectivos créditos orçamentários.

**§3º.** O valor referente a cada ente federativo será:

I - calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, nos termos do disposto nesta Medida Provisória; e

II - creditado pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

<sup>2</sup> **Art. 159.** A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;



Sob tal perspectiva, o Governo Federal assegurou aos entes beneficiados um largo espectro de discricionariedade, quando deixa de fixar vinculação específica para a aplicação desses recursos por parte dos Estados e Municípios que os recebem, ao que poderão ser aplicados/dispêndidos em qualquer despesa orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2020.

Relevante destacar, contudo, que sob os valores repassados pela União se faz incidir a dedução de 1% (um por cento) ao PASEP, nos termos da **Lei Federal nº 9.715/1998**<sup>3</sup>, a qual já será automaticamente retida, por ocasião dos respectivos repasses.

### Seção III DA CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DA MP 938/2020

Relativamente à contabilização dos recursos oriundos do AFM, é fundamental que se compreenda que tal aporte financeiro não deve ser confundido com a receita ordinária, oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em que pese a metodologia adotada para a execução de seu repasse, pelo Governo Federal, nos termos já apontados.

Isto porque, tratam-se de transferências de recursos da própria União aos municípios, sem vinculação ao sobredito FPM, ao que se impõe a respectiva contabilização e registro contábil nos seguintes termos:

<b>Natureza de Receita 1.7.1.8.99.1.1.02 - Outras Transferências da União - Principal -Outras.</b>
--

Ademais, como a medida provisória não define o direcionamento/vinculação desses recursos, vê-se oportunizar, aos municípios, sua livre alocação, **sem necessidade de criação de fontes de recursos para a sua classificação.**

Por fim, subsiste o entendimento de que esse apoio financeiro **não possui natureza tributária** e, portanto, **não integra as bases de cálculo** para incidência de retenções destinadas ao FUNDEB e para fins de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS), bem como **não integra a base de cálculo** para o repasse ao Legislativo Municipal.

Neste sentido, é permitida e esperada sua utilização nas políticas públicas de saúde e educação, sem que se permita, contudo, a contabilização para os percentuais mínimos estabelecidos por força da Constituição Federal e demais normas infralegais, **bem como se revela a clara vedação de sua contabilização para fins de apuração dos montantes devidos ao Legislativo Municipal, em função do duodécimo constitucional.**

## CAPÍTULO II DAS ORIENTAÇÕES VINCULADAS À LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020

### Seção I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Governo Federal instituiu – por intermédio da **Lei Complementar Federal nº 173/2020** – o nominado “*Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19)*”, o qual se pauta em 03 (três) pilares básicos de suporte aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destacadamente pela suspensão de dívidas contratadas com a União; pela reestruturação de operações de crédito e pelo repasse de recursos financeiros, a rigor do que se fez prever nos termos dos incisos I e II, do art. 1º, da citada lei, que transcrevemos:

<sup>3</sup> Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.



**Art. 1º.** Fica instituído, nos termos do art. 65 da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000, exclusivamente para o exercício financeiro de 2020, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (**COVID-19**).

**§ 1º.** O Programa de que trata o caput é composto pelas seguintes iniciativas:

*I - suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre:*

*a) de um lado, a União, e, de outro, os Estados e o Distrito Federal, com amparo na [Lei nº 9.496](#), de 11 de setembro de 1997, e na [Medida Provisória nº 2.192-70](#), de 24 de agosto de 2001;*

*b) de um lado, a União, e, de outro, os Municípios, com base na [Medida Provisória nº 2.185-35](#), de 24 de agosto de 2001, e na [Lei nº 13.485](#), de 2 de outubro de 2017;*

*II - reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito nos termos previstos no art. 4º desta Lei Complementar; e*

*III - entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (**COVID-19**).*

Relativamente ao sobredito auxílio financeiro, a [LC nº 173/2020](#) estabelece que o repasse da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios ocorrerá, nos termos do art. 5º, de duas formas distintas, quanto à vinculação e à destinação, ao que transcrevemos:

**Art. 5º.** A União entregará, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, o valor de R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à **COVID-19** e para mitigação de seus efeitos financeiros, da seguinte forma:

*I - R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) para ações de saúde e assistência social, sendo:*

*a) R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e*

*b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Municípios;*

*II - R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), da seguinte forma:*

*a) R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal;*

*b) R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) aos Municípios;*

Assim, fica expressamente previsto que a parcela prevista no inciso I, alínea “b”, do transcrito art. 5º, será destinada impositivamente às ações de saúde e assistência social, enquanto que a parcela prevista no inciso II, alínea “b”, do mesmo dispositivo, não possui vinculação impositiva a qualquer das ações/políticas públicas municipais, assegurando-se, novamente, discricionariedade aos gestores municipais, em sua utilização.



**Seção II**  
**DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS NO**  
**APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS (AFM) ORIGINÁRIOS DA LC N.º 173/2020**

**Subseção I**  
**Dos Recursos Vinculados às Ações de Saúde e Assistência Social**

A aplicação dos recursos previstos aos municípios, nos termos do já transcrito inciso I, alínea “b”, que correspondem à **R\$-3.000.000.000,00 (três bilhões de reais)**, serão destinados para ações de Saúde e Assistência Social, dentro das quais poderá ser utilizado, inclusive, para o pagamento dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que se mostra relevante, dado o presente cenário de pandemia e crise na saúde, com implicações subsequentes nas ações sociais municipais.

Ressalta-se que não houve fixação de percentuais a cada uma destas ações/políticas públicas, recaindo, novamente, à discricionariedade dos gestores municipais, em observância às regras orçamentárias vigentes e a necessidade enfrentada, aferir e melhor distribuir os valores percebidos.

Verifica-se, ainda, que os valores aportados à saúde não estão vinculados aos atuais “blocos de financiamento” ou “grupos de despesas do SUS”, razão pela qual esses recursos poderão ser usados nas diversas ações de combate à **COVID-19**.

Nesta senda, temos que tais valores poderão ser direcionados aos diversos níveis da atenção à Saúde, podendo ser utilizados na contratação e no pagamento de pessoal; aquisições de medicamentos, equipamentos e insumos e pagamento de prestadores de serviços, **desde que essas despesas estejam associadas ao Sistema Único de Saúde (SUS)**, conforme definem os artigos 2º e 3º, da **LC nº 141/2012**<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> **Art. 2º.** Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar, considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no **art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, e às seguintes diretrizes:

I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e

III - sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

**Parágrafo único.** Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.

**Art. 3º.** Observadas as disposições do **art. 200 da Constituição Federal**, do **art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:

I - vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II - atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III - capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV - desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V - produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI - saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;

VII - saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII - manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX - investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X - remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI - ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e



Ademais, por se tratar de recursos destinados ao enfrentamento da **COVID-19**, recomenda-se, aos gestores municipais a observância e atendimento as regras instituídas pela **Lei Federal nº 13.979/2020** e pela **Portaria nº 356/2020**, do Ministério da Saúde.

De igual forma, os valores aportados à assistência social não estão vinculados aos atuais “blocos de financiamento” do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), razão pela qual esses recursos poderão ser investidos em serviços, ações, programas e benefícios socioassistenciais que compõem o referido Sistema.

Orienta-se, deste modo, que para fins de organização e execução deste recurso no âmbito da assistência social municipal, a observância das seguintes normas:

- **Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993** (Lei Orgânica da Assistência Social);
- **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/CNAS**, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais);
- **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 33/CNAS**, de 12 de dezembro de 2012 (Norma Operacional Básica do Suas – NOB-SUAS);
- **Portaria nº 2.601, de 06 de novembro de 2018**, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Pode ser aplicada a cota-parte definida pelo Município para área de Assistência Social, em ações como aquisição de cestas básicas para atendimento das demandas por Benefícios Eventuais; pagamento de auxílio natalidade e funeral; custeio de despesas com ações socioassistenciais, tais como pagamento de pessoal e aquisição de insumos para atendimento à população (v.g. equipamentos de proteção individual).

Além disso, é possível realizar ações de investimento/estruturação da rede socioassistencial, como, por exemplo, adaptação de espaços para atendimento à população, atendendo às normas de segurança em saúde, aquisição de automóveis, computadores e demais mobiliários.

Para melhor evidência e segregação da aplicação dos recursos originários da alínea “b”, inciso I, do art. 5º, da **LC nº 173/2020**, deve ser aberta uma conta corrente específica, pois, estes recursos são destinados exclusivamente para Ações de Saúde e Assistência Social.

Tal medida, ressaltamos, assegura ao gestor municipal a melhor evidência das receitas disponibilizadas e sua aplicação, ao encontro da preconizada e ainda mais relevante transparência pública, exigível dos Poderes Públicos, em suas diversas esferas e reiterada nos termos da **Lei Federal nº 13.979/2020** e **IN nº 010/2020/TCMPA**.

## **Subseção II**

### **Dos Recursos Não Vinculados**

A aplicação dos recursos previstos aos municípios, nos termos do já transcrito inciso II, alínea “b”, que correspondem a **R\$-20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais)**, serão destinados para aplicação em ações diversas ao enfrentamento a **COVID-19** e, em especial, para mitigação de seus efeitos financeiros, ou seja, não há vinculação específica para a aplicação desses recursos por parte dos entes municipais que os recebem, que podem executar aplicação em qualquer despesa orçamentária, desde que constante da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2020.

**XII** - gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.





**Seção III**  
**DA CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Por se tratarem de transferências de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios e, como não há classificação específica da natureza da receita que identifiquem esses recursos, as receitas recebidas pelos entes deverão receber registro contábil nos seguintes termos:

**Natureza de Receita 1.7.1.8.99.1.1.02 - Outras Transferências da União- Principal - Outras.**

Em relação à classificação por fonte de recursos, as receitas recebidas com base no **inciso I, do art. 5º** deverão ser identificadas com **fonte de recursos específica**, tendo em vista a destinação estabelecida na Lei Complementar. Quanto aos recursos recebidos com base no **inciso II, do art. 5º**, como não há destinação estabelecida na Lei, entendemos que são **recursos de livre alocação** e, portanto, não há necessidade de criação de fontes de recursos para a sua classificação.

As receitas decorrentes dos **incisos I e II, do art. 5º**, **não possuem natureza tributária** e, portanto, **não integram as bases de cálculo** para incidência de retenções destinadas ao FUNDEB e para fins de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS), bem como não integram a base de cálculo para o repasse ao Legislativo Municipal.

Esclarecemos, ainda, que o auxílio financeiro decorrente do **art. 5º, por se tratar de receita corrente**, deverá compor a **Receita Corrente Líquida** (RCL) e que sobre esses valores haverá a incidência da contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no percentual de 1% (um por cento) sobre o total da receita recebida.

Os valores transferidos com base nos **incisos I e II, do art. 5º**, bem como a retenção referente à contribuição ao PASEP, são identificados nos extratos bancários das contas correntes receptoras (retidos na fonte) e em publicação da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Seção IV**  
**CONDIÇÃO PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**

A **Lei Complementar n.º 173/2020** estabelece condições aos entes federativos, destinatários dos recursos, para assegurar a recepção dos valores previstos e já assentados, conforme se extrai da literalidade de seu § 7º, do art. 5º, *in verbis*:

**Art. 5º. (...)**

**§ 7º.** *Será excluído da transferência de que tratam os incisos I e II do caput o Estado, Distrito Federal ou Município que tenha ajuizado ação contra a União após 20 de março de 2020 tendo como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da COVID-19, exceto se renunciar ao direito sobre o qual se funda em até 10 (dez) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.*

Considerando o escopo do Programa Federativo, é importante esclarecer que o disposto no transcrito dispositivo legal deve ser interpretado de modo a permitir que sejam alcançadas pelas renúncias apenas aquelas ações que se relacionem com a possibilidade de imposição de ônus fiscais à União, o que ocorre, de maneira exemplificativa, em demandas que, tenham como causa de pedir, direta ou indireta, a pandemia da **COVID-19**, em que se busque auxílio financeiro ou econômico, seja por meio do repasse direto ou indireto de recursos (ainda que a fundo específico), seja pela suspensão, novação, postergação ou declaração de quitação de obrigações pecuniárias ou dívidas a serem adimplidas perante a União.





Assim, para fins de acesso aos recursos do auxílio financeiro previsto na **LC nº 173/2020**, *a priori*, não se faz exigir que os entes renunciem a eventuais ações relacionadas à pandemia da **COVID-19**, cujo objeto não tenha natureza financeira.

Com o intuito de formalizar a opção do ente público pelo auxílio financeiro previsto no **art. 5º, incisos I e II, da LC nº 173/2020**, em detrimento de ações judiciais capazes de acarretar ônus fiscais à União, a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizou, no sistema **SICONFI**, as declarações que deverão ser preenchidas por todos os entes que desejarem receber o referido auxílio financeiro: “*declaração com ações a renunciar*” ou “*declaração sem ações a renunciar*”.

Em ambos os casos, o titular do Poder Executivo Municipal, ou representante com certificado digital, teve que preencher, alternativamente, as citadas declarações, junto ao **SICONFI**, no endereço: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi>, até o **07/06/2020**.

### Seção V

#### DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DOS DEMAIS RECURSOS VINCULADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

A **Constituição Federal** restringe a abertura de crédito extraordinário às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto em seu art. 62<sup>5</sup> e art. 167, § 3º<sup>6</sup>. Por seu turno, a **Lei Federal nº 4.320/1964** trata das modalidades de créditos adicionais nos artigos 41 a 46, a seguir transcritos:

<sup>5</sup> **Art. 62.** Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

**§1º.** É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;  
b) direito penal, processual penal e processual civil;  
c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;  
d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;  
II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**§2º.** Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

**§3º.** As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

**§4º.** O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

**§5º.** A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

**§6º.** Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

**§7º.** Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

**§8º.** As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

**§9º.** Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

**§10.** É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

**§11.** Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

**§12.** Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

<sup>6</sup> **Art. 167.** São vedados:

**§3º.** A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.



**Art. 41.** *Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

**Art. 42.** *Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

**Art. 43.** *A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

**§ 1º.** *Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II - os provenientes de excesso de arrecadação;*

*III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;*

*IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.*

**§ 2º.** *Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.*

**§ 3º.** *Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.*

**§ 4º.** *Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.*

**Art. 44.** *Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.*

**Art. 45.** *Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.*

**Art. 46.** *O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.*

Considerando o cenário atual, o Congresso Nacional decretou estado de calamidade pública ([Decreto Legislativo nº 6/2020](#)), nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da [Mensagem nº 93](#), de 18 de março de 2020, sendo adotada medida análoga pelos Poderes Legislativos de Estados e Municípios.



Assim, para os casos nos quais houve a decretação de estado de calamidade pública, entende-se que a situação de emergência de saúde pública, ora em análise, amolda-se às hipóteses autorizadas pela legislação para a abertura de crédito extraordinário, tal como transcrito.

Cabe ressaltar que a finalidade dos créditos extraordinários é **atender às despesas que satisfaçam os critérios de urgência e imprevisibilidade**, sendo a calamidade pública uma das hipóteses expressamente previstas no texto constitucional, ao que, contudo, a decretação do estado de calamidade não constitui requisito prévio para a abertura do crédito, **desde que atendidos os critérios de urgência e imprevisibilidade**.

Cumpre-nos esclarecer que, de acordo com os artigos 42 e 43 da **Lei Federal nº 4.320/64**, a abertura de créditos suplementares ou especiais exige autorização legislativa e a indicação de recursos disponíveis, os créditos extraordinários prescindem de tais exigências, conforme disposto no art. 44 da mesma Lei.

Considerando que alguns entes têm recebido transferências de recursos para aplicação em despesas direcionadas ao combate da pandemia da **COVID-19** havendo, portanto, como indicar, ao menos em parte, os recursos disponíveis para a abertura do crédito adicional, **surgiram questionamentos se tal situação descaracterizaria o crédito extraordinário**.

Acerca desta situação, temos que o intuito da legislação, ao dispensar a indicação dos recursos, foi facilitar a abertura do crédito para atendimento de despesas dado seu caráter de imprevisibilidade e urgência.

Assim, a mera possibilidade de indicação do recurso não inviabiliza a abertura do crédito extraordinário ou exige a utilização de outra modalidade (especial ou suplementar), ao que, dito de outra forma, **a legislação não veda a indicação dos recursos para a abertura do crédito extraordinário, quando tal indicação for possível**.

Considerando, ainda, que parcela das despesas que serão realizadas em virtude da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, referem-se a ações de saúde para as quais já existia dotação prévia, **questiona-se se o crédito extraordinário deverá complementar as dotações já existentes ou se deve ser criada ação específica voltada ao controle das ações com a pandemia**.

Tais situações podem ser exemplificadas nas hipóteses de despesas com a aquisição de material de consumo, como equipamento de proteção individual (v.g. roupas de proteção, máscaras, entre outras) e material permanente (v.g. respiradores, leitos, entre outros), para as quais já poderia haver previsão orçamentária, em valor inferior à necessidade atual.

Dadas as diversas propostas de alterações legislativas em trâmite no Congresso Nacional, que incluem tanto medidas com o intuito de agilizar a transferência de recursos e flexibilizar o atendimento de limites e outras regras fiscais enquanto perdurar a situação de emergência atual, quanto medidas destinadas à ampliar a transparência e controle dos gastos realizados, **recomenda-se que seja criado programa ou ação orçamentária específica para as despesas relacionadas ao COVID-19**. Essa medida poderá facilitar tanto a gestão dos recursos como a futura prestação de contas.

No tocante ao recebimento, por parte de Estados e Municípios, de transferências para fazer frente às despesas com o enfrentamento da pandemia e aos questionamentos sobre a criação de fonte/destinação de recursos específica para este fim, esclarecemos que o mecanismo fonte/destinação de recursos é obrigatório, devido ao previsto no art. 8º, parágrafo único<sup>7</sup> c/c art. 50, inciso I<sup>8</sup>, ambos da **Lei Complementar nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal).

<sup>7</sup> **Art. 8º.** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**Parágrafo único.** Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

<sup>8</sup> **Art. 50.** Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;



Ressaltamos que, apesar de tal classificação ser obrigatória, não há um modelo padronizado a ser adotado por toda a Federação, ao passo que, **recomenda-se que sejam observadas as classificações já utilizadas para o tipo de transferência recebida ou recurso arrecadado.**

Nesse sentido, os recursos recebidos por meio do SUS, por exemplo, devem ser classificados na mesma codificação já utilizada para essa finalidade, mesmo que os recursos sejam utilizados no enfrentamento à pandemia relacionada à **COVID-19**, de forma que seja possível prestar contas da utilização desses recursos ao **SIOPS**.

Adicionalmente, sendo possível, **pode ser criado um detalhamento na classificação por fonte de recursos que permita identificar a destinação do recurso ao enfrentamento da pandemia**, possibilitando, também, o controle das despesas realizadas neste contexto, privilegiando-se, desta forma a transparência e rastreabilidade dos recursos envolvidos.

Quanto ao envio dos dados ao Tesouro Nacional por meio da *Matriz de Saldos Contábeis* (MSC), ressalta-se que não há possibilidade de alterar o leiaute vigente para o exercício de 2020. Por esta razão e, por se tratar de uma situação excepcional, em princípio não haverá inclusão de código específico de detalhamento da Fonte de Recurso (FR). O envio/recebimento pela Matriz será realizado por meio do procedimento "*de-para*" para fontes já existentes no leiaute.

Em relação às classificações por natureza da receita e da despesa, orientamos que sejam utilizadas as classificações existentes, de forma a se identificar a origem dos recursos e o objeto do gasto, sem a necessidade da criação de classificações específicas para essa finalidade.

**No que se refere às Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS e SUAS**, devem ser utilizadas as fontes de recursos já existentes para a classificação dessas receitas e, sendo possível, podem ser criados detalhamentos nessas fontes de recursos para a identificação da destinação.

Com base nas codificações utilizadas para a **MSC**, apresentadas a seguir, os três primeiros dígitos representam que os recursos decorrem de transferências fundo a fundo e os quatro últimos representam que os recursos foram destinados ao enfrentamento da pandemia.

Para o registro quanto à natureza das receitas, indicamos as classificações do ementário da receita dispostas a seguir:

**1.7.1.8.03.9.1.00 - Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal**

**1.7.1.8.04.6.1.00 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente - Principal**

**2.4.1.8.03.9.1.00 - Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal**

**2.4.1.8.04.6.1.00 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente - Principal**

**1.7.1.8.12.1.1.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal**

**2.4.1.8.12.1.1.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal**



**Seção VI**

**DAS ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 (LRF) IMPLEMENTADAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020**

A **LC nº 173/2020** comporta, para além das disposições já estabelecidas e vinculadas ao aporte financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios, significativas alterações aos termos da vigente Lei de Responsabilidade Fiscal.

Neste sentido, o art. 7º, da **LC nº 173/2020** estabelece alterações ao art. 21 e 65, da **LC nº 101/2000**, que passa a vigorar, com os seguintes termos:

**Art. 21.** *É nulo de pleno direito:*

*I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:*

*a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e*

*b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;*

*II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;*

*III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;*

*IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:*

*a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou*

*b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.*

**§ 1º.** *As restrições de que tratam os incisos II, III e IV:*

*I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e*

*II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20.*

**§ 2º.** *Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória."*



**Art. 65.** *Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:*

*I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos Arts. 23, 31 e 70;*

*II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.*

**§ 1º.** *Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos incisos I e II do caput:*

*I – serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para:*

*a) contratação e aditamento de operações de crédito;*

*b) concessão de garantias;*

*c) contratação entre entes da Federação; e*

*d) recebimento de transferências voluntárias;*

*II – serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública;*

*III – serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.*

**§ 2º.** *O disposto no § 1º deste artigo, observados os termos estabelecidos no decreto legislativo que reconhecer o estado de calamidade pública:*

*I – aplicar-se-á exclusivamente:*

*a) às unidades da Federação atingidas e localizadas no território em que for reconhecido o estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional e enquanto perdurar o referido estado de calamidade;*

*b) aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo;*

*II – não afasta as disposições relativas a transparência, controle e fiscalização.*

**§ 3º.** *No caso de aditamento de operações de crédito garantidas pela União com amparo no disposto no § 1º deste artigo, a garantia será mantida, não sendo necessária a alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes.”*



Com base nesses dispositivos, tendo em vista o reconhecimento do estado de calamidade pelo Congresso Nacional e havendo também esse reconhecimento pelas Assembleias Legislativas, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão suspensos os prazos de reenquadramento e as disposições relacionadas ao descumprimento dos limites da despesa com pessoal e da dívida consolidada, previstos nos artigos 23 e 31 da [LRF](#)<sup>9</sup>, respectivamente.

De igual forma, esses entes estarão dispensados de promover a limitação de empenho e movimentação financeira ao se verificar a possibilidade de descumprimento das metas de resultado primário ou nominal, conforme regra estabelecida no **art. 9º, da LRF**<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> **Art. 23.** Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos [§§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição](#).

**§1º.** No caso do [inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição](#), o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**§2º.** É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

**§3º.** Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

**§4º.** As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

**§5º.** As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a:

I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e

II – diminuição das receitas recebidas de **royalties** e participações especiais.

**§6º.** O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente.

**Art. 31.** Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

**§1º.** Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

**§2º.** Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

**§3º.** As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

**§4º.** O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

**§5º.** As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

<sup>10</sup> **Art. 9º.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

**§1º.** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

**§2º.** Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

**§3º.** No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

**§4º.** Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no [§ 1º do art. 166 da Constituição](#) ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

**§5º.** No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.





Ressaltamos que a dispensa do atingimento dos resultados fiscais na ocorrência de calamidade não exime os entes da Federação de estabelecerem as metas fiscais para o exercício de 2021, junto ao Anexo que acompanha o projeto da **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021**. No entanto, como o projeto da LDO será elaborado num período de incertezas quanto às projeções para o exercício de 2021, poderá ser inserido dispositivo nesse projeto prevendo a atualização das metas fixadas no momento de envio do projeto da Lei Orçamentária.

Da mesma forma, lembramos que as **audiências trimestrais de acompanhamento da LDO 2020** devem ser mantidas, isto porque, mesmo que as metas fiscais estejam dispensadas de atingimento nas condições mencionadas, a apresentação dos resultados fiscais à sociedade, nesse momento em especial, torna-se imprescindível.

Contudo, em razão da impossibilidade concreta de realização de audiências presenciais, pode-se optar pela realização de audiências pela internet com ampla divulgação prévia do canal da transmissão e com a possibilidade de mecanismos de interação com os participantes.

As alterações introduzidas pela **LC nº 173/2020**, estabelecem que na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional, e enquanto perdurar a situação, além das disposições citadas anteriormente, serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para a contratação e aditamento de operações de crédito, concessão de garantias, contratação entre entes da Federação e recebimento de transferências voluntárias.

A dispensa da verificação das condições para os itens citados se dará, exclusivamente, em relação às unidades da Federação atingidas e localizadas no território em que for reconhecido o estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional e enquanto perdurar o referido estado de calamidade.

Essa dispensa também ocorrerá **somente em relação aos atos de gestão** orçamentária e financeira **necessários ao atendimento** de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo, ou seja, em relação às contratações e transferências voluntárias para atendimento às despesas relacionadas à calamidade pública.

Ressaltamos que esse dispositivo não afasta as disposições relativas à transparência, controle e fiscalização, ao que, portanto, as exigências de envio das declarações exigidas pela LRF devem ser mantidas.

Ressaltamos, ainda, que as alterações introduzidas no art. 65 da **LRF** afastam também as vedações e sanções relacionadas aos itens e condições a seguir indicados:

- a) realização de **operação de crédito** entre um ente da Federação e outro e de operações equiparadas a operações de crédito e vedadas (vedações previstas nos artigos 35 e 37 da **LRF**<sup>11</sup>), desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública;

<sup>11</sup> **Art. 35.** É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

**§1º.** Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

**§2º.** O disposto no *caput* não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

**Art. 37.** Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no **§ 7º do art. 150 da Constituição**;

II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.



b) exigência de **disponibilidade de caixa** para cobrir as obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato do titular do Poder ou órgão (exigência prevista no art. 42 da LRF<sup>12</sup>), desde que essas obrigações sejam referentes ao combate à calamidade pública;

c) utilização de recursos legalmente vinculados a finalidade específica para atender ao objeto diferente ao da sua vinculação (vedação prevista no parágrafo único do art. 8º da LRF), desde que a nova destinação esteja relacionada ao combate à calamidade pública.

É fundamental o entendimento que a flexibilização do art. 42 da LRF foi exclusivo para a execução orçamentária financeira relacionada à pandemia, ou seja, para as despesas contraída e não pagas nos últimos dois quadrimestres do final de mandato, sem saldo financeiro para cobrir ao final do exercício ligadas ao enfrentamento à **COVID-19**.

Também serão afastadas as condições e as vedações previstas nos artigos 14, 16 e 17 da LRF<sup>13</sup>, ao que, portanto, ficam afastadas as exigências de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação ou expansão referentes a(ao):

<sup>12</sup> **Art. 42.** É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

<sup>13</sup> **Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**§1º.** A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§2º.** Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§3º.** O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

**§1º.** Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

**§2º.** A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

**§3º.** Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

**§4º.** As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

**Art. 17.** Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**§1º.** Os atos que criarem ou aumentem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

**§2º.** Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

**§3º.** Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**§4º.** A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

**§5º.** A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

**§6º.** O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

**§7º.** Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.



- a) incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, prevista no art. 14 da [LRF](#);
- b) ação governamental que acarrete aumento da despesa, prevista no art. 16 da [LRF](#);
- c) atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, conforme art. 17 da [LRF](#).

Destacamos que a regra estabelecida no art. 24 da [LRF](#)<sup>14</sup> também está suspensa em razão da medida cautelar em face da [Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6357-MC/DF](#), referendada pelo Plenário do STF.

Dessa forma, fica suspensa a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à concessão de benefício a quem satisfaça às condições de habilitação previstas na legislação pertinente, expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados e reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real, conforme art. 24, da [LRF](#).

Ressalta-se, porém, que as condições e exigências afastadas pelo § 1º, do art. 65 da [LRF](#), referem-se à criação de incentivo ou benefício ou ao aumento da despesa que sejam destinados ao combate à calamidade pública. Portanto, para as demais situações os comandos legais continuam sendo exigidos integralmente.

Além da alteração promovida no art. 65 da [LRF](#), a [LC n.º 173/2020](#) também estabeleceu, no art. 3º, transcrito a seguir, o afastamento e dispensa das disposições da LRF e de outros normativos em relação aos limites e às condições para a realização e o recebimento de transferências voluntárias, referentes aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento deste Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus ou de convênios vigentes durante o estado de calamidades:

**Art. 3º.** Durante o estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da **COVID-19**, além da aplicação do disposto no art. 65 da [Lei Complementar nº 101](#), de 2000, ficam afastadas e dispensadas as disposições da referida Lei Complementar e de outras leis complementares, leis, decretos, portarias e outros atos normativos que tratem:

[...]

**II - dos demais limites e das condições para a realização e o recebimento de transferências voluntárias.**

**§ 1º.** O disposto neste artigo:

[...]

<sup>14</sup> **Art. 24.** Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17.

**§1º.** É dispensada da compensação referida no art. 17 o aumento de despesa decorrente de:

I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

**§2º.** O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.



*II - não exime seus destinatários, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da **COVID-19**, da observância das obrigações de transparência, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, na forma por eles estabelecida.*

Destaca-se o disposto no inciso II, do art. 3º, que prevê afastamentos e dispensas em relação à realização de transferências voluntárias, mas não eximem seus destinatários da observância das obrigações de transparência, controle e fiscalização, ainda que as publicações e fiscalizações ocorram após o término do período e calamidade.

É necessário esclarecer a aplicação do referido inciso II do art. 3º, interpretado em conjunto com a alteração do art. 65 da [LRF](#), onde, exemplificativamente, caso o ente da Federação não envie as suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme estabelecido pela [Portaria STN nº 642/2019](#) (envio do RREO, RGF, MSC e DCA ao Siconfi), além de outras obrigações de transparência previstas na [Portaria Interministerial nº 424/2016](#), não haverá restrição para recebimento de transferências voluntárias enquanto durar o período da calamidade, mas, após esse período, o ente deverá atualizar todas as informações cujo envio foi sobrestado, sob pena de incorrer na penalidade de não recebimento de transferências voluntárias após o fim da decretação da calamidade.

Cabe ressaltar ainda que, apesar de ser afastada a restrição de não realização de transferências voluntárias em decorrência da não publicação dos instrumentos de transparência, **a [LC nº 173/2020](#) determina a necessidade de se demonstrar e dar publicidade à aplicação dos recursos referentes ao não pagamento da dívida junto à União**, conforme disposto no § 5º, do art. 2º, transcrito a seguir.

**Art. 2º.** De 1º de março a 31 de dezembro de 2020, a União ficará impedida de executar as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados e com o Distrito Federal com base na [Lei nº 9.496](#), de 11 de setembro de 1997, e dos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória n.º 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados com os Municípios com base na [Medida Provisória nº 2.185-35](#), de 24 de agosto de 2001, e o parcelamento dos débitos previdenciários de que trata a [Lei nº 13.485](#), de 2 de outubro de 2017.

**§ 1º.** Caso, no período, o Estado, o Distrito Federal ou o Município suspenda o pagamento das dívidas de que trata o caput, os valores não pagos:

*I - serão apartados e incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos; e*

*II - deverão ser aplicados preferencialmente em ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia da **COVID-19**.*

(...)

**§ 5º.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão demonstrar e dar publicidade à aplicação dos recursos de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, evidenciando a correlação entre as ações desenvolvidas e os recursos não pagos à União, sem prejuízo da supervisão dos órgãos de controle competentes.



Ressaltamos, por fim, que o TCMPA, editou a [Instrução Normativa nº 10/2020](#), que trata, especificamente da transparência pública e, por conseguinte, dos Portais de Transparência dos Municípios relativos ao atos de gestão executados em virtude da pandemia do “**NOVO CORONAVÍRUS**” (COVID 19), que aliado ao Portal de Transparência já existente devem ser alimentados por todos os jurisdicionados.

**Seção VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, RELACIONADAS**  
**ÀS DESPESAS COM PESSOAL E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FIXADAS**  
**PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 173/2020**

Para além das já abordadas alterações consignadas junto à [LC nº 101/2000](#), a *novel* [LC nº 173/2020](#), em seu art. 8º, aporta regras de caráter transitório, com repercussão junto às despesas com pessoal e contratação públicas, ao que transcrevemos:

**Art. 8º.** *Na hipótese de que trata o [art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000](#), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da **COVID-19** ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:*

*I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, **exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública**; (grifo nosso)*

*II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;*

*III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*

*IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o [inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal](#), as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;*

*V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;*

*VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;*

*VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º;*

*VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no [inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal](#);*



***IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins. (grifo nosso)***

***§ 1º. O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII do caput deste artigo não se aplica a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.***

***§ 2º. O disposto no inciso VII do caput não se aplica em caso de prévia compensação mediante aumento de receita ou redução de despesa, observado que:***

***I - em se tratando de despesa obrigatória de caráter continuado, assim compreendida aquela que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a 2 (dois) exercícios, as medidas de compensação deverão ser permanentes; e***

***II - não implementada a prévia compensação, a lei ou o ato será ineficaz enquanto não regularizado o vício, sem prejuízo de eventual ação direta de inconstitucionalidade.***

***§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual poderão conter dispositivos e autorizações que versem sobre as vedações previstas neste artigo, desde que seus efeitos somente sejam implementados após o fim do prazo fixado, sendo vedada qualquer cláusula de retroatividade.***

***§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica ao direito de opção assegurado na [Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018](#), bem como aos respectivos atos de transposição e de enquadramento.***

***§ 5º. O disposto no inciso VI do caput deste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração. (grifo nosso)***

O inciso I, acima transcrito, informa que estão proibidos, **até 31 de dezembro de 2021**, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração para ativos, inativos e pensionistas, a não ser quando derivada de sentença judicial transitada em julgado ou determinação legal anterior à calamidade pública, ou seja, 20/03/2020 – **Decreto Legislativo n.º 06/2020**.

Destacamos, neste sentido, que se a progressão ou a promoção funcional decorre de lei anterior à calamidade, e não dependa de contagem de tempo que se complemente durante o período vedado (inciso IX do art. 8º), não há impedimento para que a mesma ocorra, em favor do servidor.

Qualquer aumento de despesa de pessoal está vedado, **excetuando-se a possibilidade de conceder abono ou gratificação ou assemelhado a profissionais da área da saúde e da assistência social desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública** e não poderão ultrapassar a sua duração.

Destacamos, neste sentido, que não poderão ser concedidas vantagens pecuniárias que legalmente não possam ser retiradas/suprimidas, após a revogação dos respectivos decretos de calamidade pública.



De igual modo, tem-se que a partir da vigência da **LC nº 173/2020**, os Entes públicos que se beneficiarem do auxílio financeiro, estarão proibidos de criar cargos, emprego ou função, assim como alterar os planos de cargos, carreiras e remuneração de servidores, se acarretar no aumento da despesa com pessoal, nos termos do art. 8º, incisos II e III, da referida Lei Complementar.

Com relação a contratação temporária pessoal, deve-se justificar que se trata de contratação emergencial com vistas à superação de dificuldades referentes à calamidade pública (§ 1º do art. 8º da **LC nº 173/2020**), atentando-se para a vedação de aumento da despesa de pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao encerramento do mandato, bem como daquelas decorrentes da **Lei Federal nº 9.504/97**, havendo, assim, possibilidade da contratação, por prazo determinado, com base no inciso IX do art. 37, da **Constituição Federal**<sup>15</sup>, e atentando as orientações contidas na **Instrução Normativa nº 005/2020/TCMPA**, que aprovou a Nota Técnica n.º 05/2020 (que estabelece Orientações Gerais aos Municípios do Estado do Pará diante da crise imposta pela **COVID-19**, quanto à gestão de pessoas, despesas com pessoal e concessão de diárias, especialmente, enquanto perdurar o estado de calamidade pública e dá outras providências.)

Merece destaque a previsão do inciso V, do *caput* do art. 8º, da **LC nº 173/2020**, onde se vê estabelecer que a realização de Concursos Públicos fica proibida até 31 de dezembro de 2021, exceto para reposição de vagas nos quadros efetivos, desde que não acarretem aumento da despesa com pessoal.

Para os Municípios que tem concurso em andamento, as etapas devem ser concluídas, excetuando-se a nomeação ou contratação dos aprovados e a validade do concurso deverá ser computada a contar do término do período de calamidade pública, com vistas a preservar o direito adquirido dos concursados aprovados nas vagas previstas pelo Edital.

Com relação a contratação de pessoal pelos Consórcios Públicos, mediante processo seletivo simplificado, inexistente vedação, uma vez que estes entes não são incluídos entre os poderes ou órgãos elencados no art. 20 da **LC nº 101/2000**<sup>16</sup>, logo podem realizar concursos públicos.

Ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União. Os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública, devendo a suspensão dos prazos ser publicada pelos organizadores dos concursos nos veículos oficiais previstos no edital do concurso público.

<sup>15</sup> **Art. 37. (...)**

**IX** - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

<sup>16</sup> **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

**§2º.** Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

**I** - o Ministério Público;

**II** - no Poder Legislativo:

**a)** Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

**b)** Estadual, a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas;

**c)** do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

**d)** Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

**III** - no Poder Judiciário:

**a)** Federal, os tribunais referidos no **art. 92 da Constituição**;

**b)** Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

**§3º.** Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do **inciso XIII do art. 21 da Constituição**, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

**§4º.** Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

**§5º.** Para os fins previstos no **art. 168 da Constituição**, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

**§6º.** (VETADO)





**Seção VIII**  
**DA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS, DÍVIDAS CONTRATADAS COM A UNIÃO,**  
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO E SECURITIZAÇÃO DE CONTRATOS DE DÍVIDAS IMPLEMENTADAS PELA LEI**  
**COMPLEMENTAR Nº 173/2020**

Para além das medidas destinadas ao apoio do Estados, Distrito Federal e Municípios, por intermédio do repasse direto de recursos da União, consignam-se, ainda, medidas de amparo, relacionadas a suspensão do pagamento de dívidas e instrumentos correlatos, nos termos do art. 9º, que transcrevemos:

**Art. 9º.** *Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.*

**§ 1º.** (VETADO).

**§ 2º.** *A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica.*

Nos termos do transcrito artigo, ficam suspensos os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social, ou seja, os parcelamentos com a União referente às dívidas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), havendo, ainda, a possibilidade de suspensão de pagamento das contribuições patronais correntes, mediante lei autorizativa municipal devidas pelos Municípios aos respectivos Regimes Próprios de Previdência Social, quando existentes.

Tais suspensões, conforme inteligência do *caput* do art. 9º, encontram específica limitação temporal, fixada até a data de 31 de dezembro de 2020, o que se impõem explicitar, visto que não acompanham, a exemplo de outras regras fixadas pela **LC nº 173/2020**, o período de decretação de calamidade pública.

Quanto à suspensão de dívidas com o Regime Geral de Previdência Social, compete à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Secretária de Previdência (SPREV) a específica regulamentação, enquanto que, na suspensão de recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social, exige-se, tal como já explicitado, expressa previsão legal autorizativa, no âmbito da municipalidade.

Neste sentido, registra-se que em **22/06/2020**, recebeu publicação no DOU, a **Portaria nº 14.816/2020**, editada em **19/06/2020**, pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, que “*dispõe sobre a aplicação do art. 9º da **Lei Complementar nº 173**, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social, e altera, em caráter excepcional, parâmetros técnico-atuariais aplicáveis aos RPPS*”.

A referenciada Portaria estabelece em seus 07 (sete) artigos, com vigência a contar de 22/06/2020, o oportuno regramento e delimitação que deverão ser observados pelos entes municipais que possuam Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's), ao que transcrevemos:

**Art. 1º.** *A aplicação da suspensão prevista no art. 9º da **Lei Complementar nº 173**, de 2020, aos valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS depende de autorização por lei municipal específica.*



**§ 1º.** A lei municipal deverá definir expressamente a natureza dos valores devidos ao RPPS que serão alcançados pela suspensão de que trata o caput, limitados a:

*I - prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento firmados até 28 de maio de 2020, com base nos arts. 5º e 5º-A da [Portaria MPS nº 402](#), de 10 de dezembro de 2008, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020; e*

*II - contribuições previdenciárias patronais devidas pelo Município e não pagas, relativas às competências com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.*

**§ 2º.** Para os efeitos do inciso II do § 1º, consideram-se contribuições patronais aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, de que trata o art. 47 da [Portaria MF nº 464](#), de 19 de novembro de 2018, instituídas por meio de alíquotas, para cobertura dos custos normal ou suplementar, ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficit atuarial, devendo a lei municipal especificar se a autorização da suspensão abrange essas três espécies ou apenas alguma delas.

**§ 3º.** A autorização para a suspensão de que trata este artigo:

*I - não afasta a responsabilidade do Município pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, nos termos do § 1º do art. 2º da [Lei nº 9.717, de 1998](#), inclusive as relativas aos planos financeiros em caso de segregação da massa dos segurados; e*

*II - não afasta que o Município mantenha o funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, por meio da assunção direta de despesas, do repasse da taxa de administração ou de aportes financeiros, caso referido órgão ou entidade não tenha recursos disponíveis para tal finalidade.*

**Art. 2º.** São vedadas:

*I - a suspensão do repasse das contribuições dos servidores ativos, aposentados e pensionistas devidas ao RPPS;*

*II - a restituição ou compensação dos valores de prestações de termos de acordo de parcelamento ou de contribuições previdenciárias patronais devidas que tiverem sido pagas ao órgão ou entidade gestora do RPPS com vencimento dentro do período de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 1º;*

*III - a utilização de recursos do RPPS, incluídos os valores integrantes dos fundos de que tratam o art. 249 da Constituição Federal e o art. 6º da [Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998](#), para despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo e daquelas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento, conforme disposto no inciso XII do art. 167 da Constituição Federal.*

**Art. 3º.** Cada prestação de termo de acordo de parcelamento, de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido suspenso, conforme autorizado em lei municipal, deverá ser paga



*pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos no acordo, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, de forma concomitante com as prestações vincendas a partir de janeiro de 2021, iniciando-se pela prestação mais antiga suspensa e terminando pela mais recente, em número total de meses igual ao número de prestações suspensas.*

**Parágrafo único.** *Alternativamente ao disposto no caput, a lei municipal que autorizar a suspensão poderá ainda autorizar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da [Portaria MPS nº 402, de 2008](#), e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, inclusive em caso de prestações relativas a termos de acordo de parcelamento firmados com base nos parâmetros estabelecidos no art. 5º-A da referida Portaria, que:*

*I - as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021; ou*

*II - o termo de acordo de parcelamento seja objeto de reparcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, não se aplicando a limitação de um único reparcelamento prevista no inciso III do § 7º do art. 5º da [Portaria MPS nº 402, de 2008](#).*

**Art. 4º.** *As contribuições previdenciárias patronais, de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido suspenso, conforme autorizado em lei municipal, deverão ser pagas pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na legislação municipal para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021.*

**Parágrafo único.** *Alternativamente ao disposto no caput, a lei municipal que autorizar a suspensão poderá ainda autorizar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da [Portaria MPS nº 402, de 2008](#), e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.*

**Art. 5º.** *O não repasse das prestações dos termos de acordo de parcelamentos e das contribuições previdenciárias patronais, suspensas conforme autorização em lei municipal específica, nos termos do art. 1º, não constituirá impedimento à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, até o dia 31 de janeiro de 2021.*

**§ 1º.** *Na impossibilidade de adequação das funcionalidades do CADPREV para verificação automática da suspensão de que trata esta Portaria, a emissão do CRP deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 3º da [Portaria MPS nº 204](#), de 10 de julho de 2008.*

**§ 2º.** *A suspensão de que trata esta Portaria não dispensa o Município da obrigação de encaminhar à Secretaria de Previdência o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR no prazo e na forma previstos na alínea "h" do inciso XVI e no inciso II do § 6º do art. 5º da Portaria [MPS nº 204](#), de 2008, observado o disposto na [Portaria ME nº 9.348](#), de 06 de abril de 2020.*



**Art. 6º.** *Aplicam-se, em caráter excepcional, as seguintes disposições relativas aos parâmetros técnico-atuariais dos RPPS:*

*I - para os fins da alínea "b" do inciso II do art. 46 da **Portaria MF nº 464**, de 19 de novembro de 2018, serão admitidos como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS os termos de acordo de parcelamento formalizados até 31 de janeiro de 2021;*

*II - para contagem dos prazos remanescentes dos planos de amortização de déficit atuarial de que tratam a alínea "c" do art. 55 da **Portaria MF nº 464**, de 2018 e o inciso II do § 2º do art. 7º da **Instrução Normativa nº 07**, de 21 de dezembro de 2018, não será considerado o exercício de 2020;*

*III - ficam postergados para o exercício de 2022:*

*a) a aplicação do parâmetro mínimo de amortização do déficit atuarial, de que trata o inciso II do art. 54 da **Portaria MF nº 464**, de 2018;*

*b) a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o parágrafo único do art. 9º da **Instrução Normativa nº 07**, de 2018.*

**Art. 7º.** *Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

Em síntese, podemos extrair os seguintes elementos, com relevância a melhor orientação dos gestores municipais, a partir da sobredita Portaria:

**a)** A suspensão prevista no art. 9º, da **LC nº 173/2020**, atinente aos RPPS's, está limitada, nos termos do art. 1º, § 1º, incisos I e II, às:

**a.1)** prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento firmados até 28/05/2020 e

**a.2)** contribuições previdenciárias patronais, devidas pelo município, atreladas às competências vencidas e vincendas, entre 01/03 a 31/12/2020;

**b)** Estabelece a responsabilidade do ente municipal em arcar, caso necessário, com a cobertura dos benefícios previdenciários devidos pelo RPPS, para além de suportar o aporte financeiro e assunção de pagamentos, destinados ao regular funcionamento dos Institutos de Previdência Municipais (art. 1º, § 3º, incisos I e II);

**c)** Estabelece expressa vedação, nos termos do art. 2º, incisos I a III, à:

**c.1)** suspensão de repasses das contribuições retidas dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, devidas ao RPPS, incorrendo o gestor municipal, em caso de não recolhimento destas, em crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, do **Código Penal Brasileiro**<sup>17</sup> (art. 2º, inciso I);

<sup>17</sup> **Art. 168-A.** Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.



**c.2)** a restituição ou compensação de valores das prestações vinculadas a Termos de Acordo de Parcelamento, firmados até 28/05/2020 ou, ainda, de contribuições previdenciárias, que já tenha recebido o RPPS, relativas às competências de 01/03/2020 à 31/12/2020.

**c.3)** a utilização de recursos do RPPS, para despesas distintas ao pagamento dos benefícios previdenciários, a qual encerra despesa prioritária dos correspondentes Institutos, bem como daquelas indispensáveis a organização e funcionamento de tais entes;

**d)** Estabelece, nos termos do art. 3º e parágrafo único, a sistemática de atualização das parcelas suspensas, nos termos do inciso I, do § 1º, do art. 1º, bem como a data e forma de adimplemento, a contar de janeiro de 2021, explicitando-se a dispensa de pagamento de multa.

**e)** Estabelece, nos termos do art. 4º e parágrafo único, a sistemática de atualização dos valores referentes às contribuições patronais suspensas, nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 1º, bem como a data e forma de adimplemento, a contar de janeiro de 2021, explicitando-se a dispensa de pagamento de multa.

**f)** Em virtude da autorização legal e regulamentar, as suspensões em questão, mediante autorizativo em lei municipal, não se constituem em impedimento à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CPR, até 31/01/2020 (art. 5º, §§ 1º e 2º), o que não elide a responsabilidade do ente municipal no encaminhamento à Secretaria da Previdência do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR).

**g)** Estabelece, em caráter excepcional e temporário, disposições relativas aos parâmetros técnico-atuariais dos RPPS's, conforme constante do art. 6º, incisos I a III.

As flexibilizações trazidas pela [Lei Federal nº 173/2020](#) foram assentadas quanto ao pagamento das contribuições previdenciárias e se referem apenas a última fase da despesa, sendo assim, pelo regime de competência e atentos à boa técnica contábil, exige-se o reconhecimento do passivo e, portanto, a execução da despesa até a sua fase da liquidação na medida em que as competências e o seu reconhecimento forem ocorrendo.

Por seu turno, as despesas dos RPPS's devem ser empenhadas e liquidadas, amparadas em lastro financeiro próprio, ao que não são enquadradas, portanto, na flexibilização descrita pela [LC nº 173/2020](#), para fins de incidência do art. 42 da LRF<sup>18</sup>.

Ademais, destaca-se que as dívidas parceladas com a União, com base na [Medida Provisória nº 2.185, de 24 de agosto de 2001](#) e na [Lei Federal nº 13.485, de 2 de outubro de 2017](#), estão suspensas de 1º de março à 31 de dezembro de 2020.

Os valores não pagos serão incorporados ao saldo devedor, em 1º de janeiro de 2022, sendo atualizados pelos encargos de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos.

<sup>18</sup> **Art. 42.** É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.



É importante estabelecer a compreensão e, por conseguinte, o alerta aos gestores municipais, no sentido de que o *Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19)*, tal como consta do art. 1º, da [LC nº 173/2020](#), está vocacionado ao enfrentamento da pandemia, ao que se indica, nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 2º, que o saldo, objeto da suspensão, deve ser aplicado, preferencialmente, em ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia da **COVID-19**.

Nesse sentido, os Municípios deverão demonstrar e dar publicidade à aplicação dos recursos, evidenciando a correlação entre as ações desenvolvidas e os recursos não pagos à União, sem prejuízo da supervisão dos órgãos de controle competentes, dentre os quais o TCMPA.

O art. 4º da [LC nº 173/2020](#)<sup>19</sup> estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão realizar aditamento contratual que suspenda os pagamentos de operações de crédito internas e externas devidas no exercício financeiro de 2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos, de operações de crédito interno e externo celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito.

Para tal suspensão, contudo, os Municípios deverão procurar as instituições financeiras que operam o financiamento contratado e realizar o aditamento contratual, dentro da qual a forma de pagamento dessas parcelas deverá ser definida no aditivo contratual, uma vez que a lei é omissa quanto a tal definição.

A securitização de contratos de dívida permite a Estados e Municípios contrair dívidas junto a bancos, nas quais os bancos poderão securitizar (vender para terceiros) os créditos a receber, procedimento este que, até então era vedado pelo Comitê de Garantias do Tesouro.

Conforme autorizados atuais, a operação de securitização poderá ser feita, desde que se veja vinculada à reestruturação de parte das antigas dívidas dos entes com bancos e organismos internacionais, garantidas pela União, a qual se revela como de grande importância, no cenário atual, na medida em que possibilitam a redução do custo total do endividamento.

Assim, somente poderão ser securitizados os contratos de dívida dos Municípios, garantidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com data de contratação anterior a 1º de março de 2020, que se submeterem ao processo de reestruturação de dívida.

---

<sup>19</sup> **Art. 4º.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão realizar aditamento contratual que suspenda os pagamentos devidos no exercício financeiro de 2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos, de operações de crédito interno e externo celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito.

**§1º.** Para aplicação do disposto neste artigo, os aditamentos contratuais deverão ser firmados no exercício financeiro de 2020.

**§2º.** Estão dispensados, para a realização dos aditamentos contratuais de que trata este artigo, os requisitos legais para contratação de operação de crédito e para concessão de garantia, inclusive aqueles exigidos nos [arts. 32 e 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000](#), bem como para a contratação com a União.

**§3º.** No caso de as operações de que trata este artigo serem garantidas pela União, a garantia será mantida, não sendo necessária alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes.

**§4º.** Serão mantidas as condições financeiras em vigor na data de celebração dos termos aditivos, podendo o prazo final da operação, a critério do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ser ampliado por período não superior ao da suspensão dos pagamentos.

**§5º.** A verificação do cumprimento dos limites e das condições relativos à realização de termos aditivos de que trata o caput que não tiverem sido afastados pelo § 2º deste artigo será realizada diretamente pelas instituições financeiras credoras.

**§6º.** (VETADO).



Acerca da temática, é importante assentar que o art. 7º, da [Resolução do Senado Federal \(RSF\) 43/2001](#)<sup>20</sup> estabelece que as operações de crédito interno e externo dos Municípios observarão limite de montante global das operações realizadas em um exercício financeiro que não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida. O § 7º do mesmo artigo excetua desse limite de endividamento as operações de *“reestruturação e recomposição do principal de dívidas”*.

#### IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, por meio da presente Nota Técnica, aglutinar as principais orientações expedidas nacionalmente, para enfrentamento da crise mundial e, por conseguinte, nacional na saúde, em decorrência da pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, para além de consolidar entendimentos e orientações relacionadas as novas medidas quanto à aplicação do **Apoio Financeiro aos Municípios – AFM** e outras providências, instituídos pela **Medida Provisória nº 938/2020**, pela **Lei Complementar Federal nº 173/2020** e, ainda, pela **Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME**, **Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME/STN** e **Portaria nº 14.816/2020/ME/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho**.

<sup>20</sup> **Art. 7º** As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:  
I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4;

II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

III - o montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo Senado Federal, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**§1º.** O limite de que trata o inciso I, para o caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, será calculado levando em consideração o cronograma anual de ingresso, projetando-se a receita corrente líquida de acordo com os critérios estabelecidos no § 6º deste artigo.

**§2º.** O disposto neste artigo não se aplica às operações de concessão de garantias e de antecipação de receita orçamentária, cujos limites são definidos pelos arts. 9º e 10, respectivamente.

**§3º.** São excluídas dos limites de que trata o **caput** as seguintes modalidades de operações de crédito:

I - contratadas pelos Estados e pelos Municípios com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal;

II - contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

III - contratadas diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou com seus agentes financeiros credenciados, no âmbito do programa de empréstimo aos Estados e ao Distrito Federal de que trata o art. 9-N da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e suas alterações.

IV - destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

**§4º.** Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do **caput**, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I - todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II - os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

**§5º.** (Revogado pela Resolução n.º 45, de 2010)

**§6º.** Para os efeitos deste artigo, a receita corrente líquida será projetada mediante a aplicação de fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda, sobre a receita corrente líquida do período de 12 (doze) meses findos no mês de referência.

**§7º.** O disposto neste artigo não se aplica às operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas.

**§8º.** O disposto no inciso II do **caput** não se aplica às operações de crédito que, na data da publicação desta Resolução estejam previstas nos Programas de Ajuste dos Estados, estabelecidos nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que, limitadas ao montante global previsto, vierem a substituí-las.

**§9º.** Os projetos de implantação de infraestrutura de que trata o inciso IV do § 3º deste artigo continuarão a gozar de excepcionalidade, em relação aos limites de endividamento, até sua plena execução, ainda que excluídos da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014 e venham a ser financiados por outras fontes alternativas de financiamento, desde que a execução das obras seja iniciada até 30 de junho de 2014.





Vislumbra-se, portanto, que o enfrentamento de tema de tamanha relevância, notadamente em razão da escassez de recursos disponíveis e da ampliação da demanda junto aos serviços públicos municipais, é medida esperada desta Corte de Contas, objetivando pautar orientações e critérios norteadores aos seus jurisdicionados.

Por fim, é importante acompanhar a tramitação, no Supremo Tribunal Federal (STF), das Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADI) [6442](#), [6447](#) e [6450](#), propostas contra diversos dispositivos na [LC nº 173/2020](#), já que uma eventual decisão da suprema corte pode ocasionar na mudança de entendimento da citada Lei Complementar.

Diante de todo o acima exposto, submetemos à consideração superior.

**Belém(PA), 22 de junho de 2020.**

**LUIZ FERNANDO GONÇALVES DA COSTA**  
Diretoria de Planejamento - DIPLAN

**RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA**  
Diretoria Jurídica – DIJUR

**THIAGO RAFAEL DA CRUZ PEIXOTO**  
1ª Controladoria de Controle Externo

- FIM -